

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.965 - SP (2019/0006975-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **OTAVIO PEDRO CARVALHO DE MOURA**  
**AGRAVANTE** : **EDNA PEREIRA CARVALHO DE MOURA**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO MORI - SP225968**  
**GLEICE ELY RIBEIRO BADIA - SP178589**  
**ALINE VIDEIRA LOPES - SP332938**  
**AGRAVADO** : **AGNUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**  
**ADVOGADOS** : **VALDIR LUZ DOS SANTOS - SP141322**  
**NICOLLE FERNANDA GONÇALVES - SP262506**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. ARTS. 111 E 114 DO CÓDIGO CIVIL E 507, 509 E 513 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 2. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Otávio Pedro Carvalho de Moura e Edna Pereira Carvalho de Moura, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 332):

Ação indenizatória, em fase de liquidação do título judicial - Decisão que rejeitou a impugnação - Inconformismo - Acolhimento - Acordo ajustado entre as partes, na fase de execução, que alcançou todas as pretensões reconhecidas no título judicial - A complementação dos termos do acordo implicou substancial alteração das condições previamente estabelecidas, sem que houvesse destaque ou expressa informação da modificação à agravante - Elementos de convicção que corroboram a tese de que houve composição integral - Litigância de má-fé não evidenciada - Decisão reformada - Recurso provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegaram, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 111 e 114 do Código Civil, 507, 509 e 513 do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento de que "para configurar renúncia ao

crédito de direito dos recorrentes estes deveriam ter se manifestado expressa e inequivocadamente acerca de tal, não pode ser concluída sua existência com base em alegações infundadas da devedora" (e-STJ, fl. 389).

Afirmaram que a impossibilidade de rediscussão da matéria alcançada pela preclusão lógica.

Contrarrazões apresentadas às fls. 423-439 (e-STJ).

Juízo negativo de admissibilidade (e-STJ, fls. 440-441).

No agravo (e-STJ, fls. 444-455), afirmam os insurgentes a presença de todos os requisitos de admissibilidade do recurso especial.

Brevemente relatado, decido.

Inicialmente, é importante destacar que o Tribunal de origem não se manifestou sobre o conteúdo normativo dos arts. 111 e 114 do Código Civil; e 507, 509 e 513 do Código de Processo Civil de 2015, o que revela ausência de prequestionamento.

Assim, mesmo tendo sido opostos embargos declaratórios, estes não tiveram o efeito de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado violação ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado, e não interpor recurso contra questão federal não prequestionada, como ocorreu na espécie. Incidência, no ponto, do enunciado n. 211 da Súmula do STJ.

Sobre o tema, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A matéria do art. 6, V, do Código de Defesa do Consumidor não foi objeto de prequestionamento pelo Tribunal de origem, mesmo após a oposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, cabia ao recorrente ter alegado, nas razões do recurso especial, violação ao art. 1.022 do CPC, ônus do qual não se desincumbiu. (Súmula 211/STJ). (...) 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1254336/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em

30/08/2018, DJe 04/09/2018)

Confira-se trecho dos embargos de declaração proferido pelo Tribunal de origem, na parte que interessa (e-STJ, fl. 376):

Em realidade, invocando a tese de que houve omissão quanto à ausência de expressa renúncia de direito (art. 114, do CC) ou desconconsideração da ampla defesa e da tese de enriquecimento ilícito, os embargantes pretendem rediscutir os fundamentos do acórdão. Todavia, os embargos não dão azo a atacar a justiça ou injustiça do julgamento.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator